



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

### NOTA HISTÓRICA SOBRE A AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

#### **A. Considerações gerais**

As universidades públicas e a Universidade Católica Portuguesa, representadas no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) tomaram a iniciativa do debate público sobre a avaliação do ensino superior, analisando, com a participação de especialistas estrangeiros, os sistemas já instituídos noutros países, e deram início, em 1993, a um processo de auto-avaliação, no âmbito de uma experiência piloto, que viria a ser acolhida na Lei da Avaliação do Ensino Superior, criando para esse fim a Fundação das Universidades Portuguesas.

A Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro, Lei da Avaliação do Ensino Superior, veio estabelecer as bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico, público e não público, constituindo o enquadramento genérico do modelo de avaliação.

Significativa é a formulação dada ao artigo 76.º da Constituição da República Portuguesa, na revisão constitucional de 1997 – Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, que condicionou a autonomia das *Universidades*, nas suas vertentes estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, *a uma adequada avaliação da qualidade do ensino*.

Tendo em vista a elaboração dos instrumentos necessários ao desenvolvimento normativo da Lei da Avaliação do Ensino Superior, o Ministro da Educação nomeou, através do seu Despacho n.º 147-A/ME/96, publicado no *Diário da República*, I Série – B, n.º 192-A, de 21 de Agosto, o Grupo de Reflexão e Acompanhamento do Processo



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

de Avaliação das Instituições do Ensino Superior, constituído por um conjunto de individualidades, em representação dos subsistemas e estruturas interessadas no processo, e do mundo académico, científico e profissional com a incumbência de propor as regras e princípios gerais tendentes a definir e a assegurar a concretização do sistema de avaliação das instituições do ensino superior, a constituição das entidades representativas e a harmonia, coesão e credibilidade do sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior. Ao Grupo de Reflexão foi ainda cometida a elaboração do guião para a auto-avaliação, por áreas de conhecimento, dos cursos de bacharelato e de licenciatura ministrados nos estabelecimentos do ensino superior particular e cooperativo e nos institutos superiores politécnicos. Aprovadas as linhas orientadoras gerais, o Grupo de Reflexão elaborou um projecto de diploma legal que, com alterações, está na origem do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho.

O Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho, procedeu à criação do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, estabelecendo as regras gerais necessárias à concretização do sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior, e os princípios gerais a que deve obedecer a constituição de entidades representativas das instituições de ensino superior universitário e politécnico, públicas e não públicas, bem como os princípios gerais que garantam a harmonia, coesão e credibilidade do sistema, admitindo ainda que a meta-avaliação do sistema poderá ser realizada por uma entidade externa nacional ou estrangeira em coordenação com o Conselho.

De harmonia com o que já resultava da Lei n.º 38/94, o sistema de avaliação é aplicável a todas as instituições do ensino superior, universitário e politécnico, público e privado, concordatário, privado e cooperativo, militar e, igualmente, o policial e de segurança.



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

### **B) Principais características do sistema**

#### **Universo**

O sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior abrange todas as instituições do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico, público e não público, qualquer que seja a modalidade da tutela ou fiscalização a que estão sujeitas.

Todas as instituições têm o direito de participar no referido sistema, de acordo com o disposto no art.º 2.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho. Aquelas que não exerçam este direito ficarão sujeitas a uma avaliação a realizar nos termos que forem definidos por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, atento o disposto no n.º 2, do art.º 2.º do referido Decreto-Lei.

#### **Objectivos**

A lei consagra como finalidades do sistema da avaliação:

- Estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas;
- Informar e esclarecer a comunidade educativa e a comunidade portuguesa em geral;
- Assegurar um conhecimento mais rigoroso e um diálogo mais transparente entre as instituições de ensino superior e contribuir para o ordenamento da rede de instituições de ensino superior.

#### **Princípios**



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

— Autonomia e imparcialidade da entidade avaliadora, como garante da fidedignidade dos resultados, assegurada através da designação, para integrar as comissões externas de avaliação, de peritos independentes, professores ou personalidades de reconhecido mérito no ensino e na investigação, de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, e ainda, de acordo com a natureza das actividades a avaliar, outras personalidades de reconhecido mérito artístico, cultural e empresarial;

— Participação efectiva das instituições avaliadas no processo de avaliação, quer através dos órgãos estatutários de cada uma, no que se refere à auto-avaliação, quer através das entidades representativas responsáveis pela coordenação da avaliação externa;

— Audição de docentes e discentes das instituições avaliadas;

— Publicidade dos relatórios de avaliação e das respostas das instituições avaliadas.

### **Incidência**

O sistema de avaliação e acompanhamento incide sobre a qualidade do desempenho científico e pedagógico das instituições de ensino superior, tomando, particularmente, em consideração, o ensino, a qualificação do pessoal docente, a investigação realizada, a prestação de serviços à comunidade e a acção cultural desenvolvida, o estado das instalações e o equipamento pedagógico e científico e os projectos de cooperação internacional.

Sem prejuízo de outros aspectos, deverão também ser considerados:



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

- A procura efectiva dos alunos, o sucesso escolar e os mecanismos de apoio social;
- A inserção dos diplomados no mercado de trabalho;
- A colaboração interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional;
- A eficiência de organização e gestão.

### **Contratualização**

A natureza contratualizada do processo de avaliação entre o poder político e o poder académico é traduzida na celebração de protocolos entre o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (anteriormente Ministro da Educação) e as Entidades Representativas – FUP – Fundação das Universidades Portuguesas; ADISPOR – Associação dos Institutos Superiores Politécnicos e APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado.

### **Harmonia, coesão e credibilidade do sistema**

Para garantir a harmonia, coesão e credibilidade do sistema, foi criada uma estrutura de coordenação global, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. A lei prevê ainda a existência das mesmas comissões externas de avaliação para cada área de conhecimento, em cada subsistema do ensino universitário ou do ensino politécnico.

### **Financiamento**

Quanto aos encargos da avaliação, os decorrentes do processo de auto-avaliação são suportados pelas respectivas instituições; a avaliação externa é co-financiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelas instituições.



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

### **Fases do processo de avaliação**

A avaliação desenvolve-se, em síntese, em duas fases, a auto-avaliação e a avaliação externa, culminando com a avaliação institucional global do ensino superior.

A meta-avaliação do sistema poderá ser realizada por uma entidade externa, nacional ou estrangeira, em coordenação com o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, na qualidade de órgão nacional de cúpula do sistema, que tem por fim garantir a completa harmonia, coesão e credibilidade de todo o processo de avaliação e acompanhamento do ensino superior, tendo em vista a observância dos padrões de excelência a que deve corresponder o funcionamento global do sistema.

### **Instituições que integram o sistema**

O órgão nacional de coordenação para todo o sistema é o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que tem por fim assegurar a harmonia, coesão e credibilidade do processo de avaliação e acompanhamento do ensino superior, tendo em vista a observância dos padrões de excelência a que deve corresponder o funcionamento global do sistema.

No sentido de contribuir para a manutenção da elevada exigência técnica do sistema de avaliação, deverá o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior:

- Basear em informação actualizada, uma avaliação crítica permanente da evolução dos padrões de excelência a nível europeu e mundial;



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

— Observar as interdependências entre o sistema global do ensino superior e a sociedade civil nacional e transnacional, formulando os princípios a observar no sentido de garantir um desenvolvimento sustentado.

Incumbe-lhe a apreciação da coerência global do sistema de avaliação, a partir do estudo comparado dos relatórios elaborados, com incidência:

- Nos indicadores utilizados nas várias modalidades do ensino;
- Nos níveis de exigência praticados;
- Na relação entre os cursos ministrados e as tendências do mercado de trabalho;
- Na perspectiva da dimensão europeia dos cursos avaliados.

Na perspectiva da avaliação global do sistema de ensino superior, compete ao Conselho Nacional de Avaliação a produção de relatórios prospectivos e recomendações de racionalização e melhoria do sistema de ensino superior.

No âmbito das suas atribuições são consideradas de especial importância as áreas de intervenção seguintes:

- Evolução da cooperação institucional;
- Constituição do sistema do ensino superior para o integrado desenvolvimento económico, cultural e social;
- Análise sobre o desempenho conseguido pelas instituições existentes em face das exigências internas e externas, numa sociedade de informação do saber e da sabedoria;
- Convergência do sistema do ensino superior para o exercício da cidadania.



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De salientar, que tendo em vista a articulação com a sociedade, o Conselho pode constituir Comissões com as Ordens, as Associações Profissionais e as Organizações Científicas e Culturais.

### **Constituição do CNAVES**

O Conselho Nacional de Avaliação é constituído:

- a) Pelo Presidente, nomeado pelo Governo, de entre personalidades de elevado prestígio mediante resolução do Conselho de Ministros;
- b) Por personalidades de reconhecida competência, nomeadas pelo Governo, mediante resolução do Conselho de Ministros;
- c) Pelos presidentes dos conselhos de avaliação, constituídos no âmbito das entidades representativas;
- d) Por um representante designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
- e) Por um representante designado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;
- f) Por um representante designado pela Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado;
- g) Por estudantes em representação das associações de estudantes do ensino superior, por cada uma das modalidades a que se referem as alíneas d) a f).

O Conselho funciona em plenário e em comissões: a comissão permanente dos Presidentes dos Conselhos de Avaliação, a comissão do ensino superior universitário e a comissão do ensino superior politécnico.

Para garantir a credibilidade do processo o Conselho deve assegurar:





## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

- a) Recurso às mesmas comissões externas de avaliação, em todos os casos de incidência na mesma área de conhecimento ou especialidade científica, em cada subsistema do ensino superior;
- b) Padrões de elevada exigência, sempre que possível com indicadores devidamente seleccionados;
- c) A adopção para cada subsistema dos mesmos guiões que permitam a utilização de critérios uniformes de aprovação dos indicadores, em relação a todas as instituições que ministrem a mesma modalidade de ensino.

O Conselho, além da informação que lhe será prestada regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística, pode solicitar a quaisquer entidades, públicas ou privadas, os elementos que considere indispensáveis ao cabal exercício das suas funções. As instituições avaliadas e os conselhos de avaliação prestarão todas as informações que lhes forem solicitadas pelo Conselho.

A lei estabelece os princípios a que devem obedecer as Entidades Representativas responsáveis pela avaliação externa, reconhecidas como tal mediante protocolo a celebrar com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Actualmente estão reconhecidas as seguintes entidades:

— Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) – reconhecida como entidade representativa das Universidades estatais e da Universidade Católica Portuguesa, por Protocolo de 19 de Junho de 1995;

— Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR) – reconhecida como entidade representativa dos institutos superiores politécnicos públicos, por Protocolo de 16 de Dezembro de 1998;



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

— Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP) – reconhecida como entidade representativa das instituições de ensino superior privado por Protocolo de 3 de Março de 1999.

No seio de cada uma das entidades representativas são criados os Conselhos de Avaliação como estruturas de coordenação das actividades de avaliação e acompanhamento das instituições que as integram.

As Comissões Externas de Avaliação, cuja constituição é proposta pelos Conselhos de Avaliação ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, serão as mesmas para cada um dos subsistemas de ensino superior e respectivas áreas. Depois de aprovadas as Comissões Externas de Avaliação são enviadas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para homologação.

### **Consequências<sup>1</sup> da avaliação e da não integração no sistema**

Os resultados da avaliação são, nos termos da lei, considerados pelo Ministério da Educação para o efeito da aplicação de medidas adequadas à natureza das actividades avaliadas, nomeadamente:

- Reforço do financiamento público;
- Estímulo à criação de novos cursos ou desenvolvimento de cursos existentes;
- Reforço do apoio a actividades de investigação científica;
- Celebração de planos de desenvolvimento, com vista à correcção das disfunções e das disparidades encontradas no processo de avaliação.

---

<sup>1</sup> As consequências não foram regulamentadas pelo Governo.



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De referir ainda que os resultados da avaliação continuada das instituições de ensino superior, se negativos, podem ainda determinar a aplicação das seguintes medidas:

- Redução ou suspensão do financiamento público quando as instituições não aplicarem as recomendações;
- Suspensão do registo de cursos;
- Revogação do registo de cursos;
- Revogação do reconhecimento de graus;
- Encerramento das instituições.

Relativamente aos efeitos decorrentes da não integração no sistema de avaliação, a lei estabelece que as instituições que não exercerem o direito de participar no sistema, ficarão sujeitas a:

- Não concessão de quaisquer financiamentos por parte do Estado, com excepção dos que se enquadrem no âmbito da acção social escolar;
- Recusa de autorização de admissão de novos alunos nos cursos em funcionamento;
- Suspensão do registo dos cursos ou revogação de autorização do seu funcionamento, consoante se trate das universidades públicas ou dos institutos superiores politécnicos ou do seu reconhecimento oficial, tratando-se de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

O Decreto-Lei n.º 205/98 reafirmou o princípio de que as instituições deverão assumir os resultados da avaliação como uma directiva para a melhoria qualitativa do seu desempenho e publicitar as medidas que internamente adoptem. Em face dos resultados, as



## CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

instituições deverão proceder à elaboração dos planos convertíveis em contratos-programa a celebrar com o Estado, para a prossecução, em horizonte temporal definido, de objectivos concretos designadamente:

- Apoio a programas de qualificação do pessoal docente;
- Apoio à metodologia e equipamento de ensino;
- Apoio a projectos de acompanhamento dos alunos;
- Apoio a projectos de interacção da investigação com o ensino.

### **Recomendações**

Para além das recomendações que resultam dos Relatótrios de Avaliação Externa e dos Relatórios Síntese Global, as principais recomendações ao Governo constam dos pareceres publicados pelo CNAVES.

Prof. Doutor José Fontes

*Secretário-Geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior*